

De Nova York a Durban: o processo de institucionalização do BRICS

From New York to Durban: the institutionalization process of the BRICS

Diego Santos Vieira de Jesus | dsvj@puc-rio.br

Doutor em Relações Internacionais pelo Instituto de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (IRI / PUC-Rio). Professor dos cursos de Graduação em Relações Internacionais e de Pós-Graduação lato sensu em Relações Internacionais Contemporâneas e em Ajuda Humanitária e ao Desenvolvimento da PUC-Rio. Professor do curso de Graduação em Relações Internacionais da Escola Superior de Propaganda e Marketing do Rio de Janeiro (ESPM-RJ).

Recebimento do artigo 17-abr-13 | **Aceito** 20-jun-13

Resumo O objetivo é explicar o processo de institucionalização do BRICS, dos primeiros encontros do agrupamento em nível ministerial à Cúpula de Durban. O argumento central aponta que o desenvolvimento de instrumentos de cooperação e colaboração de baixas obrigação, precisão e delegação está relacionado à estrutura de preferências convergentes dos membros por maior agilidade na implementação de compromissos, maior flexibilidade para realização de escolhas políticas e maior independência em relação a partes terceiras. **Palavras-chave** BRICS; institucionalização; legalização

Abstract The purpose is to explain the process of institutionalization of the BRICS group, from the first meetings at the ministerial level to the Durban Summit. The central argument indicates that the development of instruments for cooperation and collaboration with low obligation, precision and delegation is related to the structure of members' convergent preferences for greater flexibility in the implementation of commitments, greater flexibility to perform policy choices and greater independence from third parties. **Keywords** BRICS; institutionalization; legalization

Introdução

O acrônimo BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China) foi elaborado pelo economista-chefe da Goldman Sachs, Jim O'Neill, no estudo "Building Better Global Economic BRICs", de 2001. Dentre os pontos principais, o estudo indicava que, em 2001 e 2002, o crescimento do PIB real nas maiores economias de mercado emergentes excederia o do G7. Nos dez anos seguintes, o peso dos Estados BRIC e especialmente da China no PIB mundial cresceria, trazendo questões importantes sobre o impacto econômico global das políticas fiscal e monetária nos Estados BRIC. Diante de tais perspectivas de transformação, os fóruns de formulação de política mundiais deveriam ser reorganizados, e o G7 deveria ser ajustado para incorporar representantes dos Estados BRIC (O'NEILL, 2001). O conceito BRIC referia-se a Estados que individualmente tinham características que possibilitavam sua consideração em conjunto, mas que, até 2006, não constituíam um mecanismo que viabilizasse a articulação entre eles. Tal situação se modificou a partir da reunião de chanceleres dos quatro Estados organizada à margem da 61ª Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU), em Nova York, em setembro de 2006. A incorporação do conceito BRIC às políticas externas de Brasil, Rússia, Índia e China foi reforçada com a criação de um agrupamento. A África do Sul tornou-se parte posteriormente, e, desde então, adota-se a sigla BRICS (MINISTÉRIO DE RELAÇÕES EXTERIORES, s.d.). O BRICS permitiu a seus membros mais espaço para o diálogo, a coordenação e a concertação em relação a múltiplos temas, bem como a ampliação de contatos e cooperação em setores específicos. Ele é sustentado pela vontade política de seus membros e caracterizado pela informalidade, tendo em vista a ausência de um documento constitutivo, um secretariado fixo e fundos para o financiamento de suas atividades. Entretanto, cabe destacar que, em face da gradativa intensificação dos laços entre os cinco Estados, veio se aprofundando o grau de institucionalização do agrupamento, sendo tal institucionalização compreendida neste artigo como o desenvolvimento de regras, normas e procedimentos de formulação de decisão que definem expectativas, interesses e comportamentos dos atores (GOLDSTEIN et al., 2000, p. 387). A maior institucionalização do agrupamento BRIC a partir da reunião ministerial de Ecaterimburgo, na Rússia, em 2008, implicou a criação de uma dinâmica de atividades conjuntas entre os quatro membros iniciais (DIB, 2011).

As Cúpulas do BRIC / BRICS assumiram grande importância ao permitirem a intensificação da interação entre os membros. A primeira, ocorrida em Ecate-

rimburgo, em 2009, elevou a cooperação ao nível de chefes de Estado e Governo e defendeu uma arquitetura financeira e econômica reformada e mais democrática. O apoio do então BRIC – ainda sem a África do Sul – a uma ordem mundial multipolar e equitativa, à reforma da ONU e às aspirações de Brasil e Índia a um papel maior na organização foi reiterado na Cúpula de Brasília, em 2010. Apontando que a fundação da recuperação econômica mundial não era sólida, as lideranças reforçavam a necessidade de reforma das instituições financeiras internacionais e defendiam um sistema monetário mais previsível e diversificado, a proteção dos interesses dos Estados emergentes e a cooperação técnico-financeira na busca do desenvolvimento social sustentável. A Cúpula de Sanya, na China, em 2011, já contou com a participação da África do Sul e cobriu temas econômicos e financeiros e impulsionou projetos em agricultura, energia e ciência e tecnologia. O BRICS formulou um Plano de Ação que incluía o reforço dos programas existentes e novas áreas de cooperação e propostas. Com o objetivo de reforçar a parceria para a estabilidade, a segurança e a prosperidade globais, a Cúpula de Nova Deli, em 2012, englobou temas variados, como a gestão da crise econômica global; a reforma das instituições de governança econômica e financeira; meios de combate ao protecionismo; formas de se lidar com as questões síria e iraniana e a preocupação com desenvolvimento sustentável, ciência e tecnologia, urbanização, educação e saúde pública. Na Cúpula de Durban, em 2013, deu-se início às negociações do acordo para a criação de um novo banco de desenvolvimento liderado pelos cinco Estados e voltado para o financiamento de projetos de infraestrutura e desenvolvimento sustentável. Receberam destaque as discussões em torno de um fundo comum de reservas com o objetivo de socorrer os governos em caso de ameaça às contas externas. Os líderes do agrupamento também se encontraram com lideranças regionais africanas num diálogo em torno do tema “Liberando o Potencial africano: a Cooperação entre o BRICS e a África em Infraestrutura”. Porém, inúmeros itens da agenda permaneceram no âmbito de orientações gerais e imprecisas, sem avanços expressivos ou substantivos nas negociações multilaterais ou na resolução das crescentes disputas entre os próprios membros do agrupamento. Além das Cúpulas, as reuniões do agrupamento ocorreram em nível de ministros encarregados da área de Finanças e presidentes de Bancos Centrais e altos funcionários responsáveis por temas de segurança. Ministros responsáveis por temas como segurança alimentar, agricultura e energia já trataram desses assuntos no agrupamento. Outros eventos de aproximação e iniciativas de cooperação envolveram Cortes Supremas, empresários, acadêmicos, institutos estatísticos e

representantes de cooperativas, por exemplo (MINISTÉRIO DE RELAÇÕES EXTERIORES, s.d.).

O objetivo central deste artigo é explicar o processo de institucionalização do BRICS, dos primeiros encontros do agrupamento em nível ministerial à Cúpula de Durban. Pretendo investigar os compromissos e os instrumentos de implementação aventados nesse período no âmbito do agrupamento e a forma como a agenda do BRICS se cristalizou ou não nas quatro Cúpulas do BRIC / BRICS, nos outros eventos específicos do agrupamento e nos encontros de seus representantes à margem de outros eventos internacionais. O argumento central que pretendo sustentar é o de que o desenvolvimento de instrumentos de cooperação e colaboração de baixas obrigação, precisão e delegação está relacionado à estrutura de preferências convergentes dos membros por maior agilidade na implementação de compromissos, maior flexibilidade para realização de escolhas políticas e maior independência em relação a partes terceiras. Mais especificamente, pretendo examinar se a baixa obrigação – vista na opção por decisões unilaterais recíprocas ou declarações políticas e a objeção a obrigações incondicionais em instrumentos juridicamente vinculantes – está relacionada à estrutura de preferências convergentes dos membros pelas maiores facilidade e rapidez na implementação de compromissos, pela possibilidade de reversão ou modificação dos compromissos de acordo com as circunstâncias internas e externas de cada membro e pela maior facilidade de abandono de acordos juridicamente não-vinculantes se houver mudanças bruscas na política doméstica de um Estado ou na política internacional, uma vez que as violações não carregam as mesmas consequências da infração de disposições com alta obrigação. Busco ainda investigar se a baixa precisão está relacionada à estrutura de preferências convergentes dos membros do BRICS por mais flexibilidade e espaço político para que fizessem suas próprias escolhas com um amplo leque de opções e definissem caminhos rumo à implementação de políticas, baseados no estágio de desenvolvimento do Estado, estratégias nacionais, circunstâncias e prioridades. Além disso, pretendo examinar se a baixa delegação está relacionada à estrutura de preferências convergentes dos membros do BRICS por desenvolver uma barganha institucionalizada ou política pura para a solução de controvérsias entre eles de forma mais independente e buscar um fórum para negociações no que diz respeito à elaboração e formulação de regras, mas sem regulações vinculantes vindas de uma parte terceira. No desenvolvimento do artigo, examinarei se, ainda que almejem no futuro delegar mais poder a instituições como a ONU e a OMC, os membros do agrupamento ressaltam que antes é neces-

sário que haja a reforma dessas instituições para que se tornem mais democráticas e representativas.

Na próxima seção, apresentarei as dimensões de legalização, conceito desenvolvido por Abbott et al. (2000) e que orientará a análise. A seguir, examinarei cinco fases do agrupamento a fim de identificar as formas como se desenvolveu o processo de institucionalização do BRICS. Elas serão as seguintes: a) Fase 1: da I Reunião de Chanceleres do Grupo BRIC, à margem da 61ª AGNU (Nova York, setembro de 2006), à I Cúpula do BRIC, em Ecaterimburgo, em junho de 2009; b) Fase 2: da Cúpula de Ecaterimburgo à II Cúpula do BRIC, em Brasília, em abril de 2010; c) Fase 3: da Cúpula de Brasília à III Cúpula do BRICS, em Sanya, em abril de 2011; d) Fase 4: da Cúpula de Sanya à IV Cúpula do BRICS, em Nova Deli, em março de 2012; e) Fase 5: da Cúpula de Nova Déli à V Cúpula do BRICS, em Durban, em março de 2013.

As dimensões da legalização

As instituições internacionais – aqui entendidas como conjuntos de regras, normas e procedimentos de formulação de decisão que definem expectativas, interesses e comportamentos dos atores – podem ser desenvolvidas de formas distintas e variar em múltiplas dimensões (GOLDSTEIN et al., 2000, p.387). A legalização refere-se a uma forma particular de institucionalização que pode variar ao longo de três dimensões: a obrigação, a precisão e a delegação. A obrigação remete à vinculação de Estados e outros atores por um conjunto de regras ou compromissos, em especial instrumentos juridicamente vinculantes, num momento em que seu comportamento está sujeito ao escrutínio sob regras, procedimentos e discursos gerais do direito internacional. A precisão significa que as regras definem de forma não-ambígua a conduta que requerem, autorizam ou proíbem. A delegação significa que partes terceiras podem receber autoridade para implementar, interpretar e aplicar as regras; solucionar disputas; e, possivelmente, elaborar mais regras. Cada elemento da definição aparece independentemente como um contínuo, que vai de uma forma mais baixa – no caso, a falta de obrigação jurídica, precisão ou delegação – a uma forma mais alta. Os autores de um instrumento podem combinar diferentes níveis de obrigação, precisão e delegação a fim de produzir uma instituição que preencha exatamente suas necessidades específicas (ABBOTT et al., 2000, pp. 401-404, 407).

Sob instrumentos não-vinculantes, os Estados podem não cumprir quaisquer compromissos acordados, embora possam se engajar em discursos normativos ou apelar para soluções políticas. Ao longo do tempo, mesmo declarações não-vinculantes podem definir as práticas dos Estados e dos outros atores, bem como suas expectativas de conduta apropriada, levando à adoção de acordos mais robustos. Os compromissos mais brandos podem também enfraquecer objeções a desenvolvimentos subsequentes. Em muitas áreas temáticas, as implicações jurídicas de instrumentos mais brandos podem ser contestadas (ABBOTT et al., 2000, pp.410-412). Como argumentarei a seguir, a obrigação mais baixa foi preferida pelos membros do BRICS, em particular em instrumentos como as declarações políticas e os memorandos. Conjuntos precisos de regras são, em geral, altamente elaborados ou densos, detalhando as condições de aplicação e definindo o comportamento requerido ou proscrito em diversas situações. Geralmente, normas imprecisas são, na prática, interpretadas e aplicadas pelos atores cuja conduta elas são destinadas a governar. Além disso, já que a maioria das normas internacionais é criada por meio do consentimento direto ou da prática dos Estados, não há uma estrutura jurídica centralizada que possa anular interpretações inapropriadas ou que sirvam a interesses específicos. Mesmo muitos instrumentos não-vinculantes podem ser precisos e densos, presumivelmente porque os proponentes acreditam que essas características ampliam seu valor normativo e político, ao passo que muitos compromissos assumidos em tratados podem ser vagos e gerais (ABBOTT et al., 2000, pp.412-415). Como desenvolverei nas próximas seções, os membros do BRICS assumiram compromissos gradativamente mais precisos, mas grande parte permanece em termos abertos a múltiplas interpretações, o que permitiu a eles fazer suas próprias escolhas com um amplo leque de opções e definir caminhos rumo à implementação de políticas. Os mecanismos de solução de disputas são mais altamente legalizados quando as partes concordam com as decisões vinculantes de uma terceira parte com base em regras claras e geralmente aplicáveis. Eles são menos legalizados quando o processo envolve barganha política entre as partes, que podem aceitar ou rejeitar propostas sem justificativa jurídica. A delegação legalizada, em especial em suas formas mais robustas, introduz novos atores e novas formas de política nas relações interestatais. Esses novos atores podem ter seus próprios interesses, cuja busca pode ser limitada por condições de conferência de autoridade e vigilância concomitante pelos Estados. Ademais, a solução de disputas, a adaptação ou o desenvolvimento de novas regras, a implementação de normas concordadas e a resposta a violações das regras auxiliam

a reestruturar a política interestatal tradicional (ABBOTT et al., 2000, pp. 415-416, 418). Argumentarei nas próximas seções que os membros do BRICS, antes de delegar mais poder a instituições multilaterais, defendem reformar essas instituições para maior democracia e representatividade.

Fase 1: da I Reunião de Chanceleres à margem da 61ª AGNU à I Cúpula do BRIC

Na primeira fase, é possível observar a estrutura de preferências convergentes dos membros do então BRIC por declarações políticas a fim de estabelecer bases mais flexíveis para a cooperação entre as quatro economias emergentes. Naquele primeiro momento, as perspectivas que não eram juridicamente vinculantes foram ou medidas unilaterais com expectativa de que seriam recíprocas ou acordos explícitos que definiam compromissos mútuos, mas que não impunham obrigações juridicamente vinculantes. As decisões unilaterais recíprocas poderiam ser mais fácil e rapidamente implementadas e revertidas ou modificadas de acordo com as circunstâncias. Se houvesse mudanças bruscas na política doméstica de qualquer Estado membro, seria mais fácil abandonar um acordo que não fosse juridicamente vinculante, e as violações não carregariam as mesmas consequências da infração de disposições com alta obrigação (KARTCHNER; PITMAN, 2002). Em 2006, no entanto, os chanceleres dos quatro Estados reuniram-se à margem da 61ª Assembléia Geral das Nações Unidas e desenvolveram uma primeira articulação entre os quatro Estados. A partir daí, passaram a trabalhar coletivamente (MINISTÉRIO DE RELAÇÕES EXTERIORES, 2011). A II Reunião de chanceleres à margem da 62ª AGNU, em setembro de 2007, aconteceu num momento em que os Estados em desenvolvimento buscavam retomar as negociações agrícolas da Rodada de Doha na OMC (TERRA, 2007). Poucos resultados concretos foram obtidos em termos da coordenação entre os quatro Estados. Porém, desde o final de 2007, embaixadores dos quatro Estados em cidades onde se localizavam organismos multilaterais tinham se reunido de forma periódica para examinar temas da realidade internacional, em áreas como reforma dos organismos internacionais, economia e finanças, desenvolvimento, energia, meio ambiente, desarmamento e não-proliferação (MINISTÉRIO DE RELAÇÕES EXTERIORES, 2008).

Na I Reunião Ministerial do BRIC, em Ecatemburgo, os ministros de Relações Exteriores do Brasil, da Rússia, da Índia e da China enfatizaram as perspectivas de diálogo entre os Estados com base na confiança e respeito mútuos, no interesse comum e em enfoques coincidentes ou semelhantes em relação aos problemas urgentes do desenvolvimento global. Porém, os ministros optaram por emitir um comunicado com orientações políticas gerais e recomendações, sem alta obrigação e sem a delegação de autoridade para outras instituições, optando pela barganha institucionalizada ou política pura para solucionar divergências e pela construção gradativa de fóruns para negociações. Em termos de precisão, o encontro representou um avanço em termos do maior detalhamento de posicionamentos e padrões de comportamento significativos, com referência a situações específicas. No comunicado, os ministros concordaram que a construção de um sistema internacional fundado sob o estado de direito e a diplomacia multilateral era um imperativo e reafirmaram o compromisso dos Estados do BRIC em trabalhar de maneira conjunta e com outros Estados a fim de fortalecer a segurança e a estabilidade internacionais e garantir iguais oportunidades de desenvolvimento para todos os Estados. Eles reforçavam o papel central desempenhado pela ONU, com vistas a torná-la mais eficiente para que pudesse lidar com os atuais desafios globais de maneira mais eficaz. É possível argumentar que, embora desejassem no futuro delegar mais poder a tal instituição para que lidasse com uma série de temas, os Estados do BRIC ressaltavam que antes era necessária a reforma dessa instituição para que se tornasse mais democrática e representativa (COMUNICADO MINISTERIAL DO BRIC, 2008). Na reunião dos Chefes de Estado e de Governo do BRIC por ocasião da Cúpula do G8, em Hokkaido, em julho de 2008, os líderes concordaram em preparar uma série de encontros ministeriais que culminaria na primeira reunião de Cúpula entre eles, então ainda sem data definida. Na ocasião, eles estabeleceram ainda a questão dos fundos de investimento soberanos como principal tema de discussão do grupo (WASSERMANN, 2008). Na III Reunião de Chanceleres do BRIC, à margem da 63ª AGNU, eles deram atenção especial a perspectivas comuns em relação a problemas de desenvolvimento, como a situação das finanças globais, a crise alimentar, a mudança do clima e a cooperação dentro do Processo de Heiligendamm do G8 e seus parceiros (MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS OF THE RUSSIAN FEDERATION, 2008).

No I Encontro de Ministros de Finanças do BRIC em novembro de 2008, o agrupamento começou a buscar maior precisão nos compromissos em torno de posições para a realização de pressões e reivindicações para a participação mais

ativa dos Estados em desenvolvimento na reforma das instituições financeiras internacionais, tais como o FMI e o Banco Mundial (DIB, 2011). Desde a Cúpula do G20 financeiro de Washington naquele ano, esses Estados defendiam a reforma do sistema financeiro internacional, a reestruturação das instituições financeiras multilaterais e a qualificação daquele fórum para o tratamento dessas questões (ACIOLY; CARDOSO, 2010). No II Encontro de Ministros de Finanças do agrupamento em março de 2009, o ministro da Fazenda brasileiro Guido Mantega anunciou que o BRIC não iria acelerar o aporte de fundos capitais ao FMI enquanto não houvesse uma reforma nas cotas e aumento da participação do BRIC junto ao fundo (FALCÃO, 2009). Em maio de 2009, os altos funcionários responsáveis por temas de segurança discutiram questões relacionadas à influência da crise econômico-financeira global sobre as situações nacionais, regionais e internacionais, interações mútuas entre os quatro Estados frente a novos desafios e ameaças e a extensão da cooperação em outras áreas dentro do domínio do BRIC. Embora tivessem evitado instrumentos com alta obrigação, eles expressaram uma opinião única de que o diálogo entre os quatro Estados estava baseado no respeito mútuo, no reconhecimento dos interesses de cada parte e no objetivo de fortalecer a cooperação na estabilização e no desenvolvimento nos Estados participantes e no mundo (EMBASSY OF INDIA MOSCOW, 2009).

A Cúpula de Ecaterimburgo de 2009 foi marcada por uma série de compromissos de baixas obrigação e delegação, mas trouxe maior precisão que os encontros anteriores quanto às áreas abrangidas e aos comportamentos esperados pelos membros do BRIC em diversas esferas. Os líderes se mostraram convencidos de que uma arquitetura financeira e econômica reformada deveria basear-se em princípios como a tomada de decisões e o processo de implementação democráticos e transparentes; o desenvolvimento de uma base legal sólida; a compatibilidade de atividades de instituições regulatórias nacionais efetivas e órgãos internacionais de definição de padrões; e o fortalecimento de gestão de risco e de práticas de supervisão. Eles procuraram estimular os demais Estados a trabalharem juntos para refrear o protecionismo comercial e impulsionar resultados abrangentes e equilibrados para a Agenda de Desenvolvimento de Doha. Além desses pontos, ficaram claros na Cúpula de Ecaterimburgo o apoio à implementação do conceito de desenvolvimento sustentável como vetor principal na mudança de paradigma de desenvolvimento econômico; o estímulo ao fortalecimento da coordenação e da cooperação entre os Estados no campo da energia; e a prontidão para um diálogo construtivo sobre como lidar com a mudança do clima, baseado no princípio

das responsabilidades comuns, porém diferenciadas. Os líderes buscaram reiterar o compromisso de aumentar os esforços para a provisão de assistência humanitária internacional e para a redução de riscos de desastres naturais, bem como tomaram nota da Declaração sobre Segurança Alimentar Global lançada na ocasião como contribuição fundamental do BRIC aos esforços multilaterais nessa área e reafirmaram o avanço da cooperação em ciência e educação. Os líderes dos quatro Estados também apoiaram uma ordem mundial multipolar mais democrática e justa, baseada no respeito ao direito internacional, solução pacífica de controvérsias, igualdade, respeito mútuo, ação coordenada e tomada de decisões coletiva por todos os Estados e condenação do terrorismo (COMUNICADO I CÚPULA BRIC, 2009).

Fase 2: da Cúpula de Ecaterimburgo à Cúpula de Brasília

Na segunda fase, os compromissos se tornaram mais precisos quanto aos comportamentos esperados em relação a temas como a reforma do FMI, do Banco Mundial e da ONU, mas ainda permaneciam vagos com relação a temas da área de segurança e defesa, principalmente. Os membros do BRIC falavam mais especificamente sobre posições comuns quanto à habilitação do G20 para discutir temas como a reforma do sistema financeiro internacional e a reestruturação das instituições financeiras multilaterais, vistas como pré-condições para que se delegassem mais poderes a essas organizações a fim de implementar acordos, lidar com disputas entre os membros e solucionar problemas comuns. No que dizia respeito à obrigação, observa-se a estrutura de preferências convergentes por arranjos mais flexíveis e não-vinculantes, tendo em vista os custos excessivos de acordos mais robustos em termos de obrigação na visão dos membros do agrupamento. Como apontam Kartchner e Pitman (2002), um dos principais problemas de acordos com alta obrigação é a mudança das circunstâncias ao longo do tempo, deixando os Estados presos a compromissos que não mais fossem relevantes ou impedissem a tomada de medidas para responder a novas situações. Por conta da maior agilidade desejada pelos membros do agrupamento para implementar medidas relacionadas a temas de seu interesse imediato em termos de maior engajamento dos Estados emergentes frente a desafios comuns, eles optaram por arranjos de baixa obrigação.

Na reunião de Ministros de Finanças e Presidentes de Bancos Centrais em coordenação prévia ao encontro dos homólogos do G20, em setembro de 2009, a manutenção dos programas de estímulo à economia, a reforma do sistema financeiro internacional e a maior participação dos Estados emergentes no FMI foram algumas das propostas discutidas (BLOG DO PLANALTO, 2009). Pode-se observar maior precisão no maior detalhamento sobre a definição do comportamento requerido dos membros do agrupamento com relação a tais temas. Os ministros dos Estados do BRIC propuseram aumentar a participação dos emergentes no FMI e no Banco Mundial, o que faria com que a participação geral dos mercados emergentes e Estados em desenvolvimento nessas instituições correspondesse aproximadamente à sua participação no PIB mundial. Os ministros reiteraram o apoio a um sistema de seleção aberto e baseado em méritos para administração do FMI e do Banco Mundial, de forma que o diretor-geral seguinte do FMI e o presidente seguinte do Banco Mundial deveriam ser eleitos independentemente das suas nacionalidades ou de qualquer preferência geográfica (BBC BRASIL, 2009). Os ministros de Finanças do BRIC se reuniram no contexto da Cúpula do G20. No encontro do G20 em setembro de 2009, em Pittsburgh, os Estados do agrupamento desempenharam papel relevante ao defender a reforma do poder decisório no FMI e, com a mediação dos EUA, conseguiram que a União Europeia concordasse em ampliar a participação dos Estados em desenvolvimento nas cotas do Fundo. O mesmo ocorreu no Banco Mundial, no qual a participação dos Estados em desenvolvimento no direito de voto deveria ser ampliada (ACIOLY; CARDOSO, 2010). Os ministros do BRIC procuraram se coordenar objetivando a preparação para a Assembleia Anual do FMI e do Banco Mundial em Istambul, em outubro de 2009. Tal assembleia terminou com o apelo para que a crise econômica mundial fosse aproveitada como chance de reformas. Foi acertado que Estados emergentes e em desenvolvimento passariam a ter maior poder de voto nas organizações (FRITZ; ALBUQUERQUE, 2009).

O desenvolvimento de compromissos mais precisos em múltiplas esferas poder-se-ia dar a partir do envolvimento de mais indivíduos e instituições nacionais, estatais e não-estatais, na cooperação, ainda caracterizada pela informalidade, permitindo uma troca mais dinâmica de experiências e maior flexibilidade para o desenvolvimento de novos acordos. No Programa de Intercâmbio de Magistrados do BRIC em março de 2010, cinco juízes de cada membro estavam no Brasil para conhecer a estrutura do Poder Judiciário, o papel da Justiça Eleitoral, o sistema de votação brasileiro e o processo de realização de eleições seguras no

Estado (ASSOCIAÇÃO PAULISTA DE MAGISTRADOS, 2010). No encontro de Ministros da Agricultura e de Desenvolvimento Agrário do BRIC, em Moscou, também em março de 2010, eles discutiram maneiras de promover a cooperação quadripartite, com especial atenção à agricultura familiar na perspectiva de contribuir para a produção global de alimentos e para a segurança alimentar. Foram tomadas as decisões de criar um sistema de base de dados agrícolas dos Estados BRIC, de desenvolver uma estratégia para garantir o acesso aos alimentos para as populações mais vulneráveis, de reduzir o impacto negativo da mudança do clima na segurança alimentar e de reforçar a cooperação em agricultura, tecnologia e inovação (COMUNICADO II CÚPULA BRIC, 2010). No mesmo ano, os representantes de Bancos de Desenvolvimento do BRIC assinaram um memorando que previa desenvolver ampla cooperação de longo prazo para facilitar e apoiar transações e projetos de interesse mútuo; fortalecer e incrementar as trocas comerciais e as relações econômicas entre os Estados do BRIC e suas empresas e providenciar financiamento e serviços bancários para projetos de investimento (MINISTÉRIO DE RELAÇÕES EXTERIORES, 2011). No Seminário de Think Tanks do BRIC em abril de 2010, foram debatidos temas como a crise financeira e o comércio internacional, a mudança do clima global, os investimentos estrangeiros diretos, inovação tecnológica e as instituições da governança global (IPEA, s.d.). No Fórum Empresarial IBAS+BRIC no mesmo mês, energia, tecnologia da informação, infraestrutura, alimentos e agronegócios foram os setores que as comitativas de aproximadamente 400 empresários de Brasil, China, Índia, Rússia e África do Sul estabeleceram como prioritários em matéria de oportunidades de negócios (FRAYSSINET, 2010). No encontro de cooperativas também em abril, o principal objetivo foi ampliar o conhecimento sobre o cooperativismo dos quatro Estados integrantes do BRIC visando a futuros acordos técnicos e econômicos (ASCOM OCB, 2010). A criação de uma moeda internacional estável e que não estivesse sujeita ao arbítrio de um único Estado foi um dos temas discutidos entre altos funcionários da área de segurança estratégica do BRIC no mesmo mês (SAE, 2010).

O apoio dos Estados membros do BRIC a uma ordem mundial multipolar, equitativa e democrática – bem como a necessidade de uma reforma abrangente da ONU e o apoio às aspirações de Brasil e Índia no sentido de desempenhar um papel maior na organização – foi reiterado na Cúpula de Brasília, em abril de 2010. Nessa ocasião, os líderes dos Estados membros do BRIC observavam que a luta contra o terrorismo internacional deveria ser empreendida com o devido respeito à Carta da ONU, às convenções e protocolos internacionais e às resoluções do

Conselho de Segurança relativas ao terrorismo internacional. Numa perspectiva geral, a Cúpula de Brasília deu continuidade ao processo de aprofundamento da interação política entre os membros do agrupamento. Embora reconhecessem melhorias na situação econômica mundial desde a Cúpula de Ecaterimburgo, os líderes dos Estados membros do BRIC apontavam que a fundação da recuperação econômica mundial ainda não era sólida e reforçavam o apelo a todos os Estados para maior cooperação macroeconômica (COMUNICADO II CÚPULA BRIC, 2010). A forma como cada Estado membro do agrupamento agiria não era abordada com precisão, embora eles constatassem a existência de posições semelhantes acerca desses temas.

A fim de evitar o risco de que instituições como o FMI e o Banco Mundial desaparecessem por obsolescência, os Estados membros do BRIC defendiam na Cúpula de Brasília que tais instituições deveriam resolver urgentemente seus déficits de legitimidade, o que requeria uma mudança substancial no poder de voto em favor das economias emergentes de mercado e dos Estados em desenvolvimento. Ademais, indicavam a necessidade de promover e reforçar a cooperação em matéria de regulação e supervisão de todos os segmentos, instituições e instrumentos dos mercados financeiros e, na dimensão comercial, concordavam na necessidade de uma solução global e equilibrada de negociações comerciais multilaterais da Rodada de Doha e apoiavam fortemente a candidatura de adesão da Rússia à OMC. No que diz respeito à mudança do clima, eles se comprometeram a promover a 16ª Conferência das Partes para a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima e a 6ª Conferência das Partes servindo como Reunião das Partes do Protocolo de Kyoto, no México, para alcançar um acordo abrangente, equilibrado e vinculante que fortalecesse a implementação da Convenção e do Protocolo, os quais, na visão dos líderes do agrupamento, estabeleciam o quadro para as negociações internacionais sobre mudanças do clima (COMUNICADO II CÚPULA BRIC, 2010). Embora desejassem um instrumento de alta obrigação para o fortalecimento da Convenção e do Protocolo em nível multilateral, os membros do BRIC não assinaram qualquer acordo juridicamente vinculante entre eles sobre o tema, nem estabeleceram no comunicado orientações precisas para a articulação de uma posição comum a ser adotada nas negociações multilaterais sobre esses temas.

Fase 3: da Cúpula de Brasília à Cúpula de Sanya

Na terceira fase, num contexto de maior convergência de posições atingidas na fase anterior, os atos assinados, os planos desenvolvidos e as declarações ministeriais e de chefes de Estado traziam precisão mais alta, em especial em relação a questões técnicas na implementação de acordos e operacionalização dos compromissos assumidos, contribuindo para a tradução de visões políticas comuns em ações concretas. As baixas delegação e obrigação permaneceram relativamente constantes. Houve maior busca de coordenação de posições e cooperação que não necessariamente se traduziram em compromissos jurídicos de alta obrigação entre os membros. Os ministros de Relações Exteriores do BRIC se reuniram à margem da 65ª. AGNU a fim de debater a cooperação nas áreas de agricultura e segurança energética, a reforma das instituições financeiras internacionais e as atividades dos bancos de desenvolvimento e das autoridades de competição (AGÊNCIA ESTADO, 2010). Na reunião do BRIC à margem do Encontro Internacional de Funcionários de Alto Nível Responsáveis por Assuntos de Segurança, em outubro de 2010, foram debatidos governança global e multilateralismo; temas de natureza mais particular e que ocupam o topo da agenda internacional, se considerados do ponto de vista estratégico e de segurança, tais como desarmamento e não-proliferação; e segurança energética de longo prazo (DIB, 2011). Os representantes dos bancos de desenvolvimento tiveram, em outubro de 2010, a primeira reunião de coordenação para a implementação do acordo assinado entre esses bancos como instrumento para a atuação conjunta externa de tais instituições (ASSOCIAÇÃO RUSSO-BRASILEIRA, 2010). Em abril de 2011, os bancos de desenvolvimento fecharam um acordo de cooperação para ampliar investimentos e comércio entre as potências emergentes. Segundo o BNDES, o acordo teria prazo de vigência de cinco anos e previa o fortalecimento da cooperação financeira entre as instituições signatárias e o desenvolvimento do relacionamento econômico e comercial entre os Estados do agrupamento, já contando com a participação da África do Sul. O objetivo do grupo era propor, em 2012, duas medidas básicas: a criação de instrumentos que permitissem a efetiva atuação conjunta das instituições, a fim de fomentar as relações comerciais entre os Estados, e mecanismos financeiros e operacionais que facilitassem o apoio a projetos de interesse comum (G1, 2011). O seminário de Think Tanks em março de 2011 ajudou a estabelecer um diálogo substantivo

sobre o agrupamento entre organizações de pesquisa dos Estados (BRICS POLICY CENTER, s.d.). No Encontro Empresarial, em abril de 2011, o tema principal foi a cooperação de mercados emergentes e o desenvolvimento da economia mundial. Dentre os temas específicos, cabe ressaltar a recuperação da economia mundial; a utilização dos recursos e desenvolvimento sustentável; o potencial e as oportunidades de negócio do mercado de consumo do BRICS; cooperação comercial e apoio financeiro; e inovação tecnológica e crescimento verde (CRI ONLINE, 2011). Em fevereiro de 2011, os ministros de Finanças do BRICS se reuniram à margem de reunião do G20 e rejeitaram a adoção de indicadores propostos pelo grupo para medir desequilíbrios econômicos mundiais, assim como a ideia de regras globais de controle de fluxos de capitais (AFP, 2011). Em abril do mesmo ano, os ministros de Comércio prometeram se opor a todas as formas de protecionismo comercial e a expandir o comércio e o investimento mútuos (VEJA, 2011).

A determinação política de dar prosseguimento à interação entre os membros do BRICS e a consolidação do agrupamento como espaço de diálogo e concertação internacional foram demonstrados na Cúpula de Sanya, em abril de 2011 (MINISTÉRIO DE RELAÇÕES EXTERIORES, s.d.). Com o tema “Visão Ampla, Prosperidade Compartilhada”, os líderes dos Estados membros do BRICS defenderam novamente o reforço da governança econômica global e a democracia nas relações internacionais e manifestaram o compromisso com a diplomacia multilateral. A reforma abrangente das Nações Unidas deveria incluir seu Conselho de Segurança a fim de assegurar maior eficácia, eficiência e representatividade. China e Rússia reiteraram a importância que atribuíam a Brasil, Índia e agora também a África do Sul em assuntos internacionais e apoiavam sua aspiração de desempenhar papel mais relevante na ONU. Em 2011, os cinco Estados do BRICS estavam no Conselho de Segurança, o que lhes oferecia oportunidade de trabalhar de forma conjunta e estreita sobre questões de paz e segurança. A cooperação entre os membros do BRICS no Conselho de Segurança das Nações Unidas seria continuada em face da instabilidade política na Líbia, visando à resolução da questão por meios pacíficos e pelo diálogo com a ONU e organizações regionais competentes. Em face da turbulência no Oriente Médio, no Norte e no Oeste da África, os Estados membros do BRICS compartilhavam o princípio de que o uso da força deveria ser evitado. Na sua visão, a independência, a soberania, a unidade e a integridade territorial de cada nação deveriam ser respeitadas. Na Cúpula de Sanya, os esforços do G20 para a estabilização dos mercados financeiros internacionais receberam novamente o apoio dos membros do BRICS, que também

instaram a que fossem atingidas de maneira rápida as metas de reforma do FMI, acordadas em Cúpulas anteriores do G20, e reiteraram que a estrutura de direção das instituições financeiras internacionais deveria ampliar a voz e a representação dos Estados emergentes e em desenvolvimento. Além de defenderem a promoção da cooperação em matéria de segurança alimentar e definirem a erradicação da pobreza extrema e da fome como “um imperativo moral, social, político e econômico da humanidade e um dos maiores desafios globais que o mundo enfrenta hoje”, os Estados membros do BRICS destacaram o compromisso em reforçar o diálogo e a cooperação nos domínios da proteção social, trabalho decente, igualdade de gênero, juventude e saúde pública – incluindo a luta contra o HIV / AIDS – e seu apoio ao desenvolvimento de infraestruturas na África e sua industrialização no quadro da Nova Parceria para o Desenvolvimento da África (NEPAD) (III CÚPULA DOS BRICS, 2011).

No contexto da consolidação da cooperação intra-BRICS e do desenvolvimento de uma agenda própria, os membros do agrupamento buscaram traduzir suas visões políticas em ações concretas num Plano de Ação anexo à Declaração de Sanya, o qual serviria de base para a cooperação futura e cuja implementação seria revisada na Cúpula seguinte. O Plano de Ação, que representava um passo do BRICS na direção de maior precisão na operacionalização dos compromissos assumidos, era composto por três partes. A primeira era voltada para o reforço dos programas de cooperação existentes e incluía iniciativas como a realização de encontros entre atores nacionais e subnacionais do BRICS. A segunda cobria novas áreas de cooperação e incluía a realização de encontros e pesquisas. A terceira indicava novas propostas, como a implementação da cooperação no campo cultural; o incentivo à cooperação esportiva; a exploração da viabilidade da cooperação no domínio da economia verde; a realização de uma reunião de Altos Funcionários para explorar as possibilidades de promover a cooperação científica, tecnológica e de inovação no âmbito do BRICS (III CÚPULA DO BRICS, 2011).

Fase 4: da Cúpula de Sanya à Cúpula de Nova Deli

Ainda que instrumentos com obrigação mais alta no âmbito do agrupamento tenham sido aventados na quarta fase, eles não chegaram a ser desenvolvidos. Embora compromissos em áreas debatidas anteriormente tenham

se tornado mais precisos – em particular quanto à reforma das instituições internacionais –, a coordenação para o desenvolvimento de compromissos de mais alta precisão ocorreu de maneira intermitente, em particular em face das diferenças dos membros do BRICS em termos de nível e estrutura de proteção das economias, alcance das políticas públicas e efeitos externos das ações de grandes potências, além da desconfiança provocada pela herança negativa dos conflitos bilaterais e regionais. Boa parte dessas diferenças foi alimentada pelas posições distintas ocupadas nos fóruns e nas instituições internacionais pelos integrantes. Alguns desejavam manter seus privilégios e mostravam pouca disposição para rever práticas que os favorecessem. As diferenças no nível de internalização de valores democráticos e as disparidades em termos de desenvolvimento socioeconômico geralmente reforçaram posições políticas distintas e dificultaram a cooperação por meio de instrumentos mais precisos. Ademais, ainda que desejassem no futuro delegar mais poder a instituições como a ONU e a OMC para que implementassem acordos e desenvolvessem padrões de coordenação, recomendações e declarações normativas, por exemplo, os membros do agrupamento ressaltam que antes se fazia necessária a reforma dessas instituições para que se tornassem mais democráticas e representativas. Ao preservarem o BRICS como um agrupamento que oferecia barganha institucionalizada ou política pura para solucionar diferenças e permitia a construção gradativa de fóruns para negociações sem alta delegação de poderes para atores terceiros, os membros garantiam sua independência. O envolvimento de múltiplos atores nacionais e subnacionais conferiu ao agrupamento mais condições para uma cooperação duradoura. Entretanto, ainda seriam fundamentais estruturas mais permanentes de coordenação para garantir maior coesão entre os Estados membros em diversas áreas.

No encontro de ministros do Comércio do agrupamento, em dezembro de 2011, tais autoridades relembrou seu compromisso com o regime comercial da OMC e a Agenda de Desenvolvimento de Doha, além de ressaltarem que os subsídios que distorciam o comércio concedidos pelas economias desenvolvidas em agricultura geravam insegurança alimentar e prejudicavam o potencial de desenvolvimento desse setor em Estados emergentes (DECLARAÇÃO DOS MINISTROS DE COMÉRCIO DO BRICS, 2011). Os objetivos do segundo encontro do grupo de contato sobre questões de economia, comércio e investimento, em março de 2012, eram explorar áreas de cooperação e preparar a agenda do encontro dos ministros de Comércio do BRICS antes da Cúpula de Nova Deli (FOURTH BRICS SUMMIT, 2012). Esses ministros buscaram iniciativas para promover investimento

entre e além dos Estados do BRICS, além de debaterem questões relacionadas à ciência e tecnologia (RATHO, 2012). Um Plano de Ação sobre a Cooperação Agrícola dos Estados do BRICS para o período de 2012 a 2016 foi aprovado no segundo encontro dos ministros de Agricultura e Desenvolvimento Agrário do agrupamento, em 2011 (ACTION PLAN 2012-2016 FOR AGRICULTURAL CO-OPERATION OF BRICS COUNTRIES, 2011). Em junho de 2011, aderiram a um memorando de entendimento – instrumento de baixa obrigação – o BNDES, o China Development Bank, o sul-africano Development Bank of Southern Africa, o Export-Import Bank of India e o Vnesheconombank, da Rússia. O documento criava uma base institucional para que os bancos pudessem incentivar a cooperação em termos de qualificação de recursos humanos e melhoria das habilidades profissionais (BNDES, 2011). O “Consenso de Pequim”, assinado na Conferência Internacional do BRICS sobre Concorrência em setembro de 2011, reforçava a cooperação em matéria de defesa da concorrência (CADE, 2011). Ademais, os membros da Aliança das Bolsas do BRICS passaram a oferecer, a partir do fim de março de 2012, a listagem cruzada de derivativos dos seus principais índices de ações por meio das plataformas de negociação (BM&F BOVESPA, 2012).

Os ministros da Saúde do BRICS reconheceram, em maio de 2011, que a saúde pública era um tema vinculado ao desenvolvimento político e socioeconômico e destacaram o compromisso com a cooperação nessa área, inclusive na luta contra o HIV/AIDS. Ademais, expressaram grande preocupação com medicamentos falsificados e de baixa qualidade (PORTAL DA SAÚDE, 2011). Poucos meses depois, os ministros concordaram, na Declaração de Pequim, em apoiar o trabalho de programas e agências da ONU relacionados à área de saúde e melhorar a tecnologia e o financiamento inovador a fim de garantir o acesso à assistência segura e efetiva e o respeito aos acordos comerciais (BRACHT, 2012). Os altos funcionários do BRICS, reunidos após uma iniciativa russa tomada na Cúpula de Sanya, discutiram formas de promoção da cooperação em ciência e alta tecnologia, com possibilidade de implementação conjunta de projetos de inovação em microeletrônica, nanotecnologia e materiais, biotecnologia, tecnologia de eficiência energética e energia renovável e pesquisa sobre mudança do clima (BRACHT, 2012). Em nível parlamentar, o presidente da Câmara dos Deputados do Brasil, Marco Maia, propôs, em maio de 2011, uma reunião a fim de iniciar as tratativas para o estabelecimento de um Fórum Consultivo Permanente dos Parlamntos do BRICS, um protocolo de cooperação legislativa que contribuísse para a celebração de acordos temáticos e tratados internacionais, bem como a troca de experiências

para modernização e aperfeiçoamento dos aparatos legislativos (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2011). Na reunião paralela do BRICS, no âmbito da III Conferência de Presidentes de Paramentos dos Estados do G20, em fevereiro de 2012, os representantes do BRICS buscaram tratar de políticas de desenvolvimento entre os Estados emergentes (AGÊNCIA CÂMARA DE NOTÍCIAS, 2012). Na Reunião de Cidades-Parceiras do BRIC em maio de 2011, foi formalizada a cooperação entre Rio de Janeiro, São Petersburgo, Mumbai e Quingdao para a promoção do intercâmbio de informações na área comercial e melhoria do ambiente para investimentos, dentre outros temas. Na Conferência de Cidades Irmãs e Governos Locais do BRICS em dezembro de 2011, representantes dos cinco Estados se reuniram a fim de estabelecer colaborações de nível local (SOUZA; WERNECK, 2011). No Fórum Acadêmico, os principais temas discutidos foram o desenvolvimento do BRICS até 2020, mudança do clima, segurança alimentar, recursos hídricos, urbanização, tecnologia e criação de um banco e de um fundo de investimento do BRICS.

Quanto à agenda política, identifica-se a tomada de decisões semelhantes em fóruns multilaterais, bem como a tentativa – nem sempre bem sucedida – de adotar posições coordenadas desde a Cúpula de Sanya. Na 66ª. AGNU, em setembro de 2011, houve convergência com relação ao estabelecimento do Estado palestino independente, à resolução pacífica de conflitos e à reforma das instituições internacionais. Na reunião de chanceleres do BRICS em paralelo à da Assembleia Geral, o Brasil buscou coordenar uma ação do agrupamento a favor do pleito de reconhecimento do Estado palestino. O Brasil, a Índia e a África do Sul se abstiveram na votação do Conselho de Segurança sobre sanções à Síria em outubro de 2011, e a China e a Rússia vetaram o projeto de resolução dos Estados europeus. Os membros do BRICS criticavam os EUA e a Europa pela intervenção na Líbia, que teria ultrapassado o mandato aprovado pelo Conselho de Segurança, o qual previa a proteção de civis. Em novembro, os vice-ministros de Relações Exteriores do agrupamento concordaram que a transformação pós-Primavera Árabe deveria ser implementada com o respeito à soberania dos Estados envolvidos e a não-utilização da violência e que sanções ao Irã pelo seu controverso programa nuclear seriam contraproducentes. Em fevereiro de 2012, sob pesadas críticas de Estados ocidentais e árabes, a Rússia e a China vetaram uma resolução do Conselho de Segurança que exortaria o presidente Bashar al-Assad a deixar o poder, mas procuraram se envolver menos com a questão síria depois de perderem o apoio ou o consentimento indiano e sul-africano (TRAUB, 2012). Pouco depois, o Brasil vo-

tou a favor de uma resolução de condenação do regime sírio na Assembleia Geral, mas defendeu que a intervenção militar deveria ser o último recurso.

A preocupação com o contágio da crise europeia não se traduziu em iniciativas conjuntas inovadoras após a Cúpula de Sanya. Não houve compromisso quanto à contribuição direta ao Fundo Europeu de Estabilidade Financeira, como desejavam Estados europeus. Os membros do BRICS concordaram em ajudar via FMI como meio de trazer suas reivindicações para a reforma nas cotas e na governança do fundo e elevar o peso dos Estados emergentes. Porém, o primeiro-ministro chinês, Wen Jiabao, disse que seu Estado poderia incrementar a participação no Fundo Europeu de Estabilidade Financeira e no Mecanismo Europeu de Estabilidade a fim de auxiliar os Estados europeus em crise. No que dizia respeito à sucessão no Banco Mundial, o encontro dos ministros de Finanças do BRICS à margem da reunião ministerial do G20, em fevereiro de 2012, serviu como mais um espaço em que o agrupamento de Estados emergentes manifestou a insatisfação com os processos decisórios do banco e propôs novamente avaliar o candidato a presidente do banco não de acordo com a sua nacionalidade, mas com seus méritos. Cumpre apontar as discussões em torno da criação de um banco multilateral de desenvolvimento, liderado apenas por Estados emergentes. Em fevereiro de 2012, houve rumores de que a Índia sugeriria a criação da instituição ao BRICS. O plano teria circulado entre os membros do agrupamento e seria discutido no encontro do G20 na Cidade do México. A proposta de criação da instituição – informalmente chamada de “Banco Sul-Sul” ou “Banco do BRICS” – teve o apoio do Brasil. Mesmo que as discussões ainda estivessem no início, era possível prever dificuldades com relação às formas de financiamento e à definição daqueles habilitados a usufruir os créditos, assim como outros inúmeros obstáculos. Dentre eles, estão o custo de captação de um banco só com Estados emergentes e a demora de um processo que envolveria a criação de uma sede e o treinamento de funcionários especializados. A Índia preferia a presidência rotativa do banco. A China insistia em ter mais poder em face da percepção do tamanho maior de sua economia em relação aos demais membros do agrupamento (CHADE, 2012).

No encontro dos Ministros de Comércio do BRICS um dia antes da Cúpula de Nova Deli, eles discutiram sobre a necessidade de fortalecer o comércio entre os membros do agrupamento como uma resposta aos problemas na Europa (THE SECOND MEETING OF THE BRICS TRADE AND ECONOMIC MINISTERS: JOINT PRESS RELEASE, 2012). No dia anterior à Cúpula, no Encontro Anual e Fórum Financeiro: Mecanismo de Cooperação Interbancária do BRICS, os líderes

dos bancos de desenvolvimento do agrupamento expressaram sua confiança no desenvolvimento econômico futuro e na cooperação interbancária. Um memorando de entendimento garantiria a partilha de expertise e programas de treinamento (CCTV, 2012). Dentre os principais temas discutidos no Fórum Empresarial do BRICS no mesmo dia, cabe destacar o fortalecimento da conectividade financeira para a ampliação do comércio e investimento; a segurança energética, com foco em energias renováveis e o papel de tecnologias de informação e comunicação e das inovações na melhoria dos negócios (CII, 2012).

Foram emitidos, ao fim da Cúpula, a Declaração de Nova Déli e o Plano de Ação de Nova Déli. Na Declaração, os líderes dos cinco Estados apontaram que as economias desenvolvidas deveriam evitar a criação de liquidez mundial excessiva e adotar reformas estruturais para estimular o crescimento, criador de emprego. Os mercados emergentes temiam que a excessiva liquidez se espraiasse para as economias emergentes, provocando excessiva volatilidade nos fluxos de capital e nos preços de commodities. Novamente os líderes do BRICS reconheciam a importância de uma arquitetura financeira global mais representativa e o estabelecimento de um sistema monetário internacional aprimorado. Os líderes enfatizavam que os esforços para aumentar a capacidade de empréstimos do FMI seriam exitosos se houvesse empenho de todos os membros da instituição em fielmente implementar a reforma de 2010. Os Ministros de Finanças do agrupamento foram instruídos a examinar a viabilidade de um banco de desenvolvimento do BRICS. Como previsto, os líderes apelaram pelo fim imediato da violência na Síria e defenderam o direito do Irã a atividades nucleares pacíficas (DECLARAÇÃO DE NOVA DELHI, 2012). Entretanto, a Cúpula ainda foi insuficiente quanto ao desenvolvimento de uma plataforma para criar políticas multilaterais e ampliar a consulta entre os membros do agrupamento a fim de responder à turbulência socio-política na região. Ademais, o BRICS avançou pouco quanto a medidas robustas, com altas obrigação e precisão, para combater ameaças como atividades terroristas e narcotráfico. Os líderes do BRICS afirmavam que se deveria dar às autoridades nacionais flexibilidade e espaço político para que definissem caminhos rumo ao desenvolvimento sustentável, baseando-se no estágio de desenvolvimento do Estado, estratégias nacionais e prioridades. Não se pode dizer que houve, em Nova Deli, propostas inovadoras para a arquitetura institucional do desenvolvimento sustentável. Os bancos de desenvolvimento do BRICS assinaram dois acordos: o “Master Agreement on Extending Credit Facility in Local Currency” e o “BRICS Multilateral Letter of Credit Confirmation Facility Agreement”. O primeiro busca

reduzir a dependência em relação às moedas mais comercializadas, como o dólar e o euro, para transações entre os membros do BRICS e assim ajudar a reduzir os custos de transação no comércio intra-BRICS. O segundo ajudaria a reduzir custos de transação comercial e promoveria o comércio intra-BRICS (AGREEMENTS BETWEEN BRICS DEVELOPMENT BANKS, 2012).

Fase 5: da Cúpula de Nova Déli à Cúpula de Durban

Desde a Cúpula de Nova Déli, uma série de encontros ocorreu entre diversos atores dos cinco membros, envolvidos nas atividades do agrupamento. Em setembro de 2012, os chanceleres do BRICS reuniram-se paralelamente à 67ª sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, e, na ocasião, expressaram sua preocupação com a escalada da violência e a deterioração da segurança e da situação humanitária na Síria, além de condenarem a violação dos direitos humanos e do direito internacional humanitário (MINISTÉRIO DE RELAÇÕES EXTERIORES, 2012). Os altos funcionários responsáveis por temas de segurança dos membros do agrupamento encontraram-se no início de 2013 e buscaram consultar, coordenar e identificar áreas possíveis de cooperação em questões relacionadas à paz, à estabilidade e ao desenvolvimento globais. Eles concluíram que caberia ao povo sírio escolher seu futuro e a comunidade internacional poderia ser apenas um facilitador (SHARMA, 2013).

Em outubro de 2012, os ministros da Fazenda do BRICS se encontraram à margem da reunião anual do FMI e do Banco Mundial. Na ocasião, o ministro da Fazenda brasileiro, Guido Mantega, afirmou que o BRICS e o FMI tinham uma visão semelhante sobre a crise europeia. Ambas as instituições internacionais acreditavam que a União Europeia estava tomando medidas adequadas em relação à estabilização financeira, mas ainda era necessário executar as ações o mais rápido possível (RFI, 2012). No seu encontro informal à margem da Cúpula do G20 em Los Cabos, os líderes do BRICS já tinham discutido arranjos de swap de moedas nacionais e pooling de reservas e solicitado aos ministros de Finanças e chefes dos bancos centrais que trabalhassem nessas questões de forma compatível com as estruturas jurídicas internas de cada membro e reportassem aos líderes na Cúpula do agrupamento em Durban. Os membros do BRICS mostraram, por ocasião da Cúpula do G20, sua disposição de aumentar sua contribuição ao FMI, conforme

já haviam discutido no encontro informal dos líderes do BRICS às margens da Cúpula. Essas novas contribuições seriam feitas em antecipação de que todas as reformas concordadas em 2010 fossem completamente implementadas, incluindo uma reforma abrangente do poder de votação e das cotas do fundo (MINISTRY OF EXTERNAL AFFAIRS, 2012).

Autoridades do setor de saúde do BRICS também se reuniram à margem da 65ª Assembleia Mundial da Saúde, em maio de 2012, e, recuperando a Declaração de Pequim, enfatizaram a importância e a necessidade de transferência de tecnologia como um meio de fortalecer Estados em desenvolvimento e o papel importante dos medicamentos genéricos na realização do direito à saúde. O compromisso com a cooperação no setor da saúde foi reiterado em encontros posteriores pelos líderes do BRICS, como o encontro de ministros da Saúde em janeiro de 2013. Em outubro de 2012, ocorreu a primeira reunião de representantes do BRICS sobre propriedade intelectual, à margem da Assembleia Geral da Organização Mundial da Propriedade Intelectual. Ademais, ocorreu um segundo encontro de altos funcionários do agrupamento na área de ciência, tecnologia e inovação em novembro de 2012 – revelando o destaque que o tema veio ganhando na agenda do BRICS – e mais uma reunião do grupo de trabalho de peritos em agricultura em agosto daquele mesmo ano (MINISTÉRIO DE RELAÇÕES EXTERIORES, s.d.). Um fórum acadêmico foi realizado em setembro de 2012 para discutir ajustes, inovação e cooperação, e um novo fórum acadêmico foi realizado na África do Sul, de 10 a 13 de março de 2013. Dentre os principais pontos cobertos pelas recomendações, cabe destacar o estímulo ao pensamento sobre crescimento inclusivo e desenvolvimento; o apoio à reforma das instituições de governança global, com a exploração de parcerias inovadoras para o desenvolvimento sustentável e equilibrado; o incentivo à cooperação com a África, levando em conta as prioridades africanas como a integração; o estímulo à educação, pesquisa e desenvolvimento de capacidades para a construção de economias industrializadas; e o apoio a um papel mais ativo do BRICS nos temas de segurança internacional, com a defesa das Nações Unidas e dos princípios de igualdade, confiança mútua e cooperação (5TH BRICS ACADEMIC FORUM, 2013). Durante o Fórum, foi assinada a declaração de intenção de criação do Conselho de Think Tanks do BRICS. Anteriormente ao encontro dos líderes do BRICS, os ministros do Comércio dos membros do agrupamento reuniram-se em Durban em 26 de março de 2013 e observaram que a recessão, o crescimento frágil e as condições deflacionárias em algumas economias avançadas eram as raízes da redução do crescimento econômico global. Porém, eles celebraram o

fato de que o crescimento do comércio e do investimento intra-BRICS continuou apesar de tais circunstâncias adversas e ainda reiteraram a necessidade de resistir a tendências protecionistas, como fizeram em Cúpulas anteriores (THIRD MEETING OF THE BRICS TRADE MINISTERS, 2013).

A Cúpula de Durban em 2013 avançou em questões-chave que já estavam presentes na agenda do agrupamento nas quatro Cúpulas anteriores e trouxe ainda questões prioritárias para a África do Sul, em especial a infraestrutura africana e a integração regional. A agenda incluiu ainda desafios como o crescimento econômico, a geração de emprego e temas relacionados à segurança internacional. A Cúpula aprofundou o processo de institucionalização do BRICS e permitiu a ampliação da cooperação com os líderes africanos e a interação com outros atores por meio da criação de instrumentos como o Conselho Empresarial do BRICS (KIRTON; BRACHT, 2013). Ao final da reunião, os líderes do BRICS emitiram a Declaração de eThekwiní, na qual reafirmaram seu compromisso com a promoção do direito internacional, o multilateralismo e o papel central das Nações Unidas. Eles também celebraram a conclusão, pelos seus bancos de importação e exportação e bancos de desenvolvimento, do Arranjo Multilateral sobre a Cooperação e o Cofinanciamento para o Desenvolvimento Sustentável e do Acordo Multilateral sobre o Cofinanciamento da Infraestrutura para a África. O Plano de Ação de eThekwiní trouxe uma relação de encontros e consultas previstos, bem como novas áreas de cooperação a serem exploradas, como um fórum de diplomacia pública, a secretaria virtual do BRICS e o diálogo sobre política para juventude, turismo, energia e esporte e megaeventos esportivos (ETHEKWINI DECLARATION, 2013).

Os líderes afirmavam que a contribuição inicial de capitais deveria ser substancial e suficiente para que o banco de desenvolvimento do agrupamento fosse efetivo no financiamento da infraestrutura e compartilharam a visão de que um tamanho inicial de 100 bilhões de dólares para um Arranjo de Reservas de Contingência era possível e desejável. Eles instruíram seus ministros de Finanças e presidentes dos Bancos Centrais a continuar negociando e concluindo os acordos que estabelecerão tais mecanismos (STATEMENT BY BRICS LEADERS ON THE ESTABLISHMENT OF THE BRICS-LED DEVELOPMENT BANK, 2013). Entretanto, os líderes não produziram um mapa do processo de criação do banco nem os elementos centrais de seu sistema de governança. A promessa de uma contribuição inicial suficiente para que o banco seja efetivo no financiamento da infraestrutura foi imprecisa em face da necessidade que o presidente sul-africano e outros Estados africanos identificaram. Com relação ao Arranjo de Reservas de

Contingência, houve um acordo em princípio, mas sem cronograma ou aspectos centrais definidos e com um tamanho real não garantido (KIRTON; KULIK, 2013).

Considerações finais

O objetivo central do artigo foi explicar o processo de institucionalização do BRICS, os compromissos e os instrumentos de implementação aventados nesse período e a forma como a agenda do agrupamento se cristalizou ou não nas cinco Cúpulas do BRIC / BRICS, nos outros eventos específicos do agrupamento e nos encontros de seus representantes à margem de outros eventos internacionais. O argumento central sustentado foi o de que o desenvolvimento de instrumentos de cooperação e colaboração de baixas obrigação, precisão e delegação está relacionado à estrutura de preferências convergentes dos membros por maior agilidade na implementação de compromissos, maior flexibilidade para realização de escolhas políticas e maior independência em relação a partes terceiras.

O BRICS conseguiu avançar na tradução de visões políticas em ações concretas, mas sua flexibilidade excessiva e a defesa da autonomia pelos seus membros podem dificultar posições coordenadas diante de desafios recentes. A governança e as reformas internas não acompanharam o crescimento econômico em muitos Estados do agrupamento. A opção pela informalidade e flexibilidade trouxe dificuldades na administração efetiva de percepções políticas divergentes e no estabelecimento de uma agenda cooperativa em novas áreas. A fórmula escolhida pelos membros conseguiu atender a alguns problemas de colaboração, mas não permitiu responder da mesma forma à grande parte dos desafios de estruturação de agendas sólidas na promoção do crescimento e de definição de posições unificadas em negociações externas. Alguns especialistas argumentam que, em determinadas questões, os membros sequer desejaram ou mesmo cogitaram administrar suas diferenças e divergências ou responder conjuntamente a diversos desafios. Como aponta Vladimir Davidov, diante da maior necessidade de ampliar os contatos oficiais e o trabalho com instituições internacionais, os Estados do BRICS deveriam atentar para a elaboração de uma fórmula jurídica que formalizasse seu estatuto e criasse uma plataforma institucional para a cooperação com tais organismos, bem como de instrumentos para a concretização de projetos multilaterais. Ademais, a diversificação de temas e atividades do agrupamento tornava fundamentais um órgão permanente de coordenação e a maior regularidade sobre a discussão acerca de novas ameaças (DAVIDOV, 2012).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- III CÚPULA DO BRICS. Declaração de Sanya, 14 abr. 2011. Itamaraty website. 2011. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/temas-mais-informacoes/saiba-mais-bric/documentos-emitidos-pelos-chefes-de-estado-e-de/iii-cupula-do-brics-declaracao-de-sanya/at_download/file>. Acesso em: 18 fev. 2012.
- 5TH BRICS ACADEMIC FORUM. Recommendations to the 5th BRICS Summit, Durban, South Africa, 2013. *SAFPI website*, 2013. Disponível em: <http://www.safpi.org/sites/default/files/publications/5th_bricks_academic_forum%20_recommendations_final.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2013.
- ABBOTT, Kenneth; KEOHANE, Robert; MORAVCSIK, Andrew; SLAUGHTER, Anne-Marie; SNIDAL, Duncan. The concept of legalization. *International Organization*, v.54, n.3, p. 401-419, 2000.
- ACIOLY, Luciana; CARDOSO, Hugo Roth. Os BRIC e o G20 financeiro. *Desafios do desenvolvimento*, n.60, 2010. Disponível em: <http://desafios.ipea.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1090:catid=28&Itemid=23>. Acesso em: 25 fev. 2012.
- ACTION PLAN 2012-2016 FOR AGRICULTURAL COOPERATION OF BRICS COUNTRIES. Chengdu, 30 out. 2011. *BRICS Information Centre*, out. 2011. Disponível em: <<http://www.brics.utoronto.ca/docs/111030-agriculture-plan.html>>. Acesso em: 25 fev. 2012.
- AFP. G20: BRICS rejeitam propostas de Estados desenvolvidos. *IstoÉ Dinheiro website*, 18 fev. 2011. Disponível em: <http://www.istoedinheiro.com.br/noticias/49737_G20+BRICS+REJEITAM+PROPOSTAS+DE+ESTADOS+DESENVOLVIDOS>. Acesso em: 24 fev. 2012.
- AGÊNCIA CÂMARA DE NOTÍCIAS. Marco Maia participa do G20 Parlamentar na Arábia Saudita. *Câmara dos Deputados website*, 23 fev. 2012. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/agencia/noticias/POLITICA/409799-MARCO-MAIA-PARTICIPA-DO-G20-PARLAMENTAR-NA-ARABIA-SAUDITA.html>>. Acesso em: 28 mar. 2012.
- AGÊNCIA ESTADO. Brics pedem fim de sanções unilaterais. *Gazeta do Povo website*, 23 set. 2010. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/mundo/conteudo.phtml?tl=1&id=1049483&tit=Brics-pedem-fim-de-sancoes-unilaterais>>. Acesso em: 24 fev. 2012.
- AGREEMENTS BETWEEN BRICS DEVELOPMENT BANKS. *University of Toronto website*, 29 mar. 2012. Disponível em: <<http://www.brics.utoronto.ca/docs/120329-devbank-agreement.html>>. Acesso em: 29 mar. 2012.
- ASCOM OCB. OCB realiza encontro de cooperativas do Bric. *Global 21 website*, 15 abr. 2010. Disponível em: <<http://www.global21.com.br/materias/materia.asp?cod=29002&tipo=noticia>>. Acesso em: 24 fev. 2012.

- ASSOCIAÇÃO PAULISTA DE MAGISTRADOS. Magistrados do BRIC conhecem sistema de votação do TSE. *JusBrasil website*, 9 mar. 2010. Disponível em: <<http://apamagis.jusbrasil.com.br/noticias/2110522/magistrados-do-bric-conhecem-sistema-de-votacao-do-tse>>. Acesso em: 25 fev. 2012.
- ASSOCIAÇÃO RUSSO-BRASILEIRA. Subcomissão de Cooperação Interbancária e Financeira. CIC Brasil-Rússia. *Associação Russo-Brasileira website*, set./out. 2010. Disponível em: <<http://www.associacaorussobrasileira.com.br/publicacoes.asp>>. Acesso em: 11 mar. 2012.
- BBC BRASIL. Brics fixam meta de cotas para emergentes no FMI e no Bird. *BBC Brasil website*, 4 set. 2009. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2009/09/090904_brics_g20_fmi_dg.shtml>. Acesso em: 25 fev. 2012.
- BM&F BOVESPA. Bolsas dos BRICS terão listagem cruzada de derivativos dos índices de ações mais representativos de seus mercados. *BM&F BOVESPA website*, 13 mar. 2012. Disponível em: <<http://www.bmfbovespa.com.br/pt-br/noticias/2012/Bolsas-dos-BRICS-terao-listagem-cruzada-de-derivativos-dos-indices-de-acoes-mais-representativos-de-seus-mercados-2012-03-13.aspx?tipoNoticia=1&idioma=pt-br>>. Acesso em: 19 mar. 2012.
- BNDES. BNDES firma, na Rússia, acordo com bancos de desenvolvimento dos BRICS. *BNDES website*, 17 jun. 2011. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Sala_de_Imprensa/Noticias/2011/todas/20110617_BRICS_Russia.html>. Acesso em: 20 fev. 2012.
- BLOG DO PLANALTO. BRICS se unem para defender mudanças na economia mundial. *Blog do Planalto*, 8 set. 2009. Disponível em: <<http://blog.planalto.gov.br/bric-se-une-para-defender-mudancas-na-economia-mundial/>>. Acesso em: 25 fev. 2012.
- BRACHT, Caroline. Plans for the BRICS Delhi Summit: March 29, 2012. *BRICS Research Group*, 10 jan. 2012, pp.1-7. Disponível em: <<http://www.brics.utoronto.ca/plans/brics-plans-120110.pdf>>. Acesso em: 19 fev. 2012.
- BRICS POLICY CENTER. Sobre BRICS Policy Center. *BRICS Policy Center website*, s.d. Disponível em: <<http://bricspolicycenter.org/homolog/Sobre>>. Acesso em: 24 fev. 2012.
- CADE. Cade participa de 2ª Conferência Internacional dos BRICS na China. *Cade website*, 2011. Disponível em: <<http://www.cade.gov.br/Default.aspx?cd61b147de34c84adc6ac29faa>>. Acesso em: 20 dez. 2012.
- CÂMARA DOS DEPUTADOS. Marco Maia propõe parceria com Estados do Brics. *Câmara dos Deputados website*, 19 maio 2011. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/a-camara/presidencia/noticias/marco-maia-propoe-parceria-com-Estados-do-brics>>. Acesso em: 20 fev. 2012.
- CCTV. India-BRICS/Banks. *CCTV website*, 28 mar. 2012. Disponível em: <<http://newscontent.cctv.com/news.jsp?fileId=136437>>. Acesso em: 28 mar. 2012.

- CHADE, Jamil. Índia e China querem um FMI dos Brics. *Estadão Online*, 3 mar. 2012. Disponível em: <<http://economia.estadao.com.br/noticias/economia,india-e-china-querem-um-fmi-dos-brics,104834,0.htm>>. Acesso em: 9 mar. 2012.
- CII. **BRICS Business Forum 2012: 28th March 2012, New Delhi.** CII website, 2012. Disponível em: <<http://www.cii.in/EventsDetails.aspx?enc=eo18/j+aJMWXCXiMZZAadoxrnFC83q/AWKh2AwU+Ywbw=>>>. Acesso em: 28 mar. 2012.
- COMUNICADO I CÚPULA BRIC. Ecaterimburgo, 16 jun. 2009. *Itamaraty website*, 2009. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/temas-mais-informacoes/saiba-mais-bric/documentos-emitidos-pelos-chefes-de-estado-e-de/comunicado-i-cupula-bric/at_download/file>. Acesso em: 18 fev. 2012.
- COMUNICADO II CÚPULA BRIC. Brasília, 15 abr. 2010. *Itamaraty website*, 2010. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/temas-mais-informacoes/saiba-mais-bric/documentos-emitidos-pelos-chefes-de-estado-e-de/comunicado-ii-cupula-bric/at_download/file>. Acesso em: 18 fev. 2012.
- COMUNICADO MINISTERIAL DO BRIC. Ecaterimburgo, 18 maio 2008. *Itamaraty website*, 2008. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/temas-mais-informacoes/saiba-mais-bric/documentos-emitidos-pelos-chefes-de-estado-e-de/comunicado-ministerial-do-bric-2009/at_download/file>. Acesso em: 25 fev. 2012.
- CRI ONLINE. Começa em Sanya Fórum Empresarial do Brics. *CRI Online website*, 13 abr. 2011. Disponível em: <<http://portuguese.cri.cn/561/2011/04/13/1s134276.htm>>. Acesso em: 24 fev. 2012.
- DAVIDOV, Vladimir. Brics em busca de um novo equilíbrio mundial. *Gazeta Russa*, 10 mar. 2012. Disponível em: <http://gazetarussa.com.br/articles/2012/03/10/brics_em_busca_de_um_novo_equilibrio_mundial_14293.html>. Acesso em: 13 mar. 2012.
- DECLARAÇÃO DE NOVA DELHI. Nova Deli, 29 mar. 2012. *MRE website*, 2012. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/quarta-cupula-dos-brics-nova-delhi-29-de-marco-de-2012-parceria-dos-brics-para-a-estabilidade-seguranca-e-prosperidade-declaracao-de-nova-delhi>>. Acesso em: 29 mar. 2012.
- DECLARAÇÃO DOS MINISTROS DE COMÉRCIO DO BRICS. Genebra, 14 dez. 2011. *Itamaraty website*, dez. 2011. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/declaracao-dos-ministros-de-comercio-do-brics-genebra-14-de-dezembro-de-2011>>. Acesso em: 19 fev. 2012.
- DIB. Apresentação BRICS. *CDES website*, 2011. Disponível em: <<http://www.cdes.gov.br%2Fdocumento%2F3075698%2Fapresentacao-do-ministerio-das-relacoes-exteriores-brics-.html&ei=BxtIT76-OIS-0AHVvLWLDg&usg=AFQjCNF5ZPW4fdFTzWcwgpr6AkaG-hbxg>>. Acesso em: 24 fev. 2012.
- EMBASSY OF INDIA MOSCOW. On the meeting of High Representatives of BRIC countries on security issues. *Embassy of India Moscow website*, 25 maio 2009. Disponível em: <http://www.indianembassy.ru/index.php?option=com_content&view=article&i

- d=611%3A29052009-on-the-meeting-of-high-representatives-of-bric-countries-on-security-issues&catid=52%3Astatements-speeches-interviews-&Itemid=451&lang=en>. Acesso em: 26 fev. 2012.
- ETHEKWINI DECLARATION. Durban, África do Sul, 27 mar. 2013. *BRICS5 website*, 27 mar. 2013. Disponível em: <<http://www.brics5.co.za/fifth-brics-summit-declaration-and-action-plan/>>. Acesso em: 27 mar. 2013.
- FALCÃO, Marcos. Entrevista com Guido Mantega no G20 em Horsham. *Portal Luis Nassif*, 13 mar. 2009. Disponível em: <<http://blogln.ning.com/profiles/blogs/entrevista-com-guido-mantega>>. Acesso em: 25 fev. 2012.
- FOURTH BRICS SUMMIT. Pre-Summit Events. *Fourth BRICS Summit website*, 2012. Disponível em: <<http://www.bricsindia.in/presummit.html>>. Acesso em: 22 mar. 2012.
- FRAYSSINET, Fabiana. Empresários dos Estados BRIC afinados para prosperar. *Câmara Brasil-Rússia de Comércio, Indústria & Turismo website*, 14 abr. 2010. Disponível em: <http://www.brasil-russia.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=84:marco-abril-2010-qespecial-bricq&catid=44:noticias-do-mes&Itemid=55>. Acesso em: 24 fev. 2012.
- FRITZ, Sabrina; ALBUQUERQUE, Carlos. FMI e Banco Mundial prometem mais poder de voto a Estados emergentes. *DW website*, 7 out. 2009. Disponível em: <<http://www.dw.de/dw/article/0,,4772495,00.html>>. Acesso em: 25 fev. 2012.
- G1. Bancos de desenvolvimento dos Brics fecham acordo de cooperação. *G1 website*, 14 abr. 2011. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/noticia/2011/04/bndes-assina-acordo-com-bancos-de-desenvolvimento-dos-brics.html>>. Acesso em: 24 fev. 2012.
- GOLDSTEIN, Judith; KAHLER, Miles; KEOHANE, Robert O.; SLAUGHTER, Anne-Marie. Introduction: legalization and world politics. *International Organization*, v.54, n.3, pp.385-399, 2000.
- KARTCHNER, Kerry M.; PITMAN, George R. Alternative approaches to arms control in a changing world. *Disarmament Diplomacy*, n.62, jan./fev. 2002. Disponível em: <<http://www.acronym.org.uk/dd/dd62/62op1.htm>>. Acesso em: 25 jul. 2004.
- KIRTON, John; BRACHT, Caroline. Prospects for the 2013 BRICS Durban Summit. *University of Toronto website*, 22 mar. 2013. Disponível em: <<http://www.brics.utoronto.ca/commentary/130322-kirton-bracht-prospects.html>>. Acesso em: 27 mar. 2013.
- ____; ____; KULIK, Julia. A Productive and Promising Performance: the 2013 BRICS Durban Summit. *University of Toronto website*, 27 mar. 2013. Disponível em: <<http://www.brics.utoronto.ca/analysis/durban-performance.html>>. Acesso em: 27 mar. 2013.
- MINISTÉRIO DE RELAÇÕES EXTERIORES. BRICS - Agrupamento Brasil-Rússia-Índia-China-África do Sul. *Itamaraty website*, s.d. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/temas/mecanismos-inter-regionais/agrupamento-brics>>. Acesso em: 18 fev. 2012.

- ____. Brasil sedia primeira Reunião de Vice-Ministros das Relações Exteriores dos BRICS (Brasil, Rússia, Índia e China). *Itamaraty website*, 7 mar. 2008. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/2008/03/07/brasil-sedia-primeira-reuniao-de-vice-ministros>>. Acesso em: 25 fev. 2012.
- ____. Reforma da Governança Global. BRICs. In: _____. *Balço de Política Externa 2003/2010*, 2011. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/temas/balanco-de-politica-externa-2003-2010/3.1.4-reforma-da-governanca-global-brics>>. Acesso em: 26 abr. 2011.
- ____. Reunião dos Ministros de Relações Exteriores do BRICS à margem da 67ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas - Declaração à Imprensa. *Itamaraty website*, 26 set. 2012. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/reuniao-dos-ministros-de-relacoes-exteriores-do-brics-a-margem-da-67a-sessao-da-assembleia-geral-das-nacoes-unidas-declaracao-a-imprensa-nova-york-26-de-setembro-de-2012>>. Acesso em: 27 fev. 2013
- MINISTRY OF EXTERNAL AFFAIRS. Media Note on the Informal Meeting of BRICS Leaders Ahead of G20 Summit in Los Cabos. *University of Toronto website*, 18 jun. 2012. Disponível em: <<http://www.brics.utoronto.ca/docs/120618-loscabos-note.html>>. Acesso em: 27 fev. 2013.
- MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS OF THE RUSSIAN FEDERATION. Press Release: Meeting of BRIC Foreign Ministers. Nova York, 26 set. 2008. *BRICS Information Centre*, 26 set. 2008. Disponível em: <<http://www.brics.utoronto.ca/docs/080925-foreign.html>>. Acesso em: 26 fev. 2012.
- O'NEILL, Jim. Building Better Global Economic BRICs. *Goldman Sachs website*, 30 nov. 2001. Disponível em: <<http://www2.goldmansachs.com/our-thinking/brics/brics-reports-pdfs/build-better-brics.pdf>>. Acesso em: 18 fev. 2012.
- PORTAL DA SAÚDE. Enfrentamento a doenças crônicas deve ser feito em paralelo ao combate à pobreza, avaliam ministros dos Brics. *Portal da Saúde website*, 17 maio 2011. Disponível em: <http://portal.saude.gov.br/portal/aplicacoes/noticias/default.cfm?pg=dspDetalheNoticia&id_area=124&CO_NOTICIA=12631>. Acesso em: 20 fev. 2012.
- RATHO, Aditi. Plans for the BRICS Delhi Summit: March 29, 2012. *BRICS Research Group*, 22 fev. 2012, pp.1-11. Disponível em: <<http://www.brics.utoronto.ca/plans/brics-plans-120222.pdf>>. Acesso em: 19 fev. 2012.
- RFI. Mantega diz que Brics e FMI têm mesma visão sobre crise europeia. *RFI*, 11 out. 2012. Disponível em: <<http://www.portugues.rfi.fr/economia/20121011-mantega-diz-que-brics-e-fmi-tem-mesma-visao-sobre-crise-europeia>>. Acesso em: 27 fev. 2013.
- SAE. Responsáveis por área de segurança estratégica dos Brics reúnem-se na SAE. *Secretaria de Assuntos Estratégicos website*, 16 abr. 2010. Disponível em: <<http://www.sae.gov.br/site/?p=3268>>. Acesso em 25 fev. 2012.

- SHARMA, Rajeev. BRICS NSAs thrash out security agenda for Durban Summit. *Russia & India Report*, 14 jan. 2013. Disponível em: <http://indrus.in/articles/2013/01/14/brics_nsas_thrash_out_security_agenda_for_durban_summit_21597.html>. Acesso em: 27 fev. 2013.
- SOUZA, Natália Maria Felix; WERNECK, Mariana. Mecanismos de Cooperação entre Cidades no âmbito dos BRICS. *BRICS Monitor*, 19 dez. 2011, pp.1-10. Disponível em: <<http://bricspolicycenter.org/homolog/uploads/trabalhos/1888/doc/1723541649.pdf>>. Acesso em: 18 fev. 2012.
- STATEMENT BY BRICS LEADERS ON THE ESTABLISHMENT OF THE BRICS-LED DEVELOPMENT BANK. Durban, África do Sul, 27 mar. 2013. *BRICS5 website*, 27 mar. 2013. Disponível em: <<http://www.brics5.co.za/statement-by-brics-leaders-on-the-establishment-of-the-brics-led-development-bank/>>. Acesso em: 27 mar. 2013.
- THE SECOND MEETING OF THE BRICS TRADE AND ECONOMIC MINISTERS: JOINT PRESS RELEASE. *University of Toronto website*, 28 mar. 2012. Disponível em: <<http://www.brics.utoronto.ca/docs/120328-trade.html>>. Acesso em: 29 mar. 2012.
- TERRA. Antes de Assembléia da ONU, Brasil terá almoço com Brics em NY. *Terra website*, 24 set. 2007. Disponível em: <http://economia.terra.com.br/noticias/noticia.aspx?idNoticia=200709241135_RTR_1190633750nN23206800>. Acesso em: 25 fev. 2012.
- THIRD MEETING OF THE BRICS TRADE MINISTERS. Joint Communiqué. *BRICS5 website*, 26 mar. 2013. Disponível em: <<http://www.brics5.co.za/assets/BRICS-Trade-Ministers-Communique-25-March-2013.pdf>>. Acesso em: 26 mar. 2013.
- TRAUB, James. Will the Good BRICS Please Stand Up? *Foreign Policy*, 9 mar. 2012. Disponível em: <http://www.foreignpolicy.com/articles/2012/03/09/will_the_good_brics_please_stand_up?page=0,0>. Acesso em: 15 mar. 2012.
- VEJA. Ministros dos Brics alertam sobre inflação e bolhas de ativos. *Veja website*, 13 abr. 2011. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/noticia/economia/ministros-dos-brics-alertam-sobre-inflacao-e-bolhas-de-ativos>>. Acesso em: 24 fev. 2012.
- WASSERMANN, Rogerio. Líderes do Bric discutem formalização do grupo. *Folha de S. Paulo website*, 9 jul. 2008. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/bbc/ult272u420692.shtml>>. Acesso em: 25 fev. 2012.